

ABORTO E MOBILIZAÇÃO POPULAR: O QUE APRENDER COM A LUTA DAS ARGENTINAS

TICA MORENO E LUIZA MANÇANO

Há meses acompanhamos atentas cada passo da luta pela legalização do aborto na Argentina. Nos solidarizamos ativamente, nos somamos às convocações de *pañuelazos* mundo afora. Compartilhamos as lágrimas e abraços de alegria na votação favorável ao projeto de lei na Câmara, e de indignação com a votação reacionária no Senado argentino - que manteve a clandestinidade do aborto ao barrar o projeto, negando a autonomia das mulheres.

A mobilização gigantesca das argentinas colocou a luta pela legalização do aborto em outro patamar naquele país, e nos inspira a pensar juntas sobre os desafios que enfrentamos para avançar aqui no Brasil. Escrevemos esse texto inspiradas no que aprendemos com nossas *hermanas* e nos debates coletivos sobre a nossa luta pelo direito ao aborto. Nosso objetivo com esse texto é compartilhar esses debates, e mais que isso, convocar o conjunto da militância de-

TICA MORENO e LUIZA MANÇANO são militantes da Marcha Mundial das Mulheres

mocrática e socialista para a defesa ativa e incontornável da justiça social e autonomia das mulheres.

O ABORTO EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL

Nosso ponto de partida é a vida concreta, e por isso não discutimos o aborto em abstrato, nem como algo descolado das dinâmicas das relações sociais. Os significados do aborto mudam ao longo do tempo, e estão relacionados com outras dimensões da vida, como a sexualidade e a maternidade, e com as imposições que recaem sobre as mulheres segundo sua raça e sua classe.

Como nós, as argentinas enfrentam uma contraofensiva neoliberal e conservadora que tem tornado a vida material das mulheres mais difícil, com reformas, precarização, aumento das tarifas, endividamento. Por aqui, o golpe aprofunda as desigualdades das relações de classe, raça e gênero que estruturam a nossa sociedade. O acirramento do discurso reacionário, racista e patriarcal se combina à banalização da violência e o controle militarizado dos territórios que convivem com o aumento da criminalização da luta social, do encarceramento da população negra e pobre, e dos ataques à vida de lutadores e lutadoras em todo o país.

O empenho verificado em setores conservadores que atacam a autonomia e a vida das mulheres vem numa crescente, que não começou com o golpe, e se expressa desde o fechamento de clínicas e criminalização de mulheres que realizaram o aborto até projetos de lei que pretendem ampliar as restrições do acesso a esse direito.

Nossa defesa do direito ao aborto é baseada na defesa da autonomia das mulheres, entendida como o controle que todas devem ter sobre suas próprias vidas. Envolve a tomada de decisões, as condições e direitos de coloca-las em prática. Autonomia sem igualdade e justiça social se transforma em uma experiência limitada de poucas mulheres.

A Pesquisa Nacional sobre Aborto realizada em 2016 apontou que uma a cada cinco mulheres aos 40 anos já realizou pelo menos um aborto no Brasil. Essa magnitude evidencia a hipocrisia da nossa legislação (e dos legisladores), pois a proibição do aborto não impede que as mulheres interrompam a gravidez indesejada. E a proibição nessa sociedade racista e desigual faz com que os efeitos dessa hipocrisia sejam mais sentidos no corpo e na vida das mulheres mais pobres, das mulheres negras, das que não chegam a ter acesso a informação sobre como fazer um aborto seguro ou que não tem dinheiro para pagar uma clínica.

Na Argentina, cerca de 350 e 450 mil mulheres abortam a cada ano. Ao escutar as falas de deputadas/os, senadoras/es e figuras públicas daquele país, notamos uma mudança da correlação de forças que extrapola a votação do projeto de lei: cada vez mais são os contrários à legalização que precisam se justificar e dizer porque não respeitam a vida e as decisões das mulheres.

NEM ESPONTÂNEA, NEM RECENTE: UMA LUTA EM CONSTRUÇÃO

A “onda” verde em defesa da legalização do aborto, *mare verde*, como dizem em espanhol, é resultado de muitos anos de luta. Reconhecer e falar sobre essa história é importante porque uma das manobras dos meios de comunicação e das elites é usurpá-la do movimento social.

A Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito, existe desde 2005 e reúne 305 grupos diversos: coletivos, sindicatos, organizações e movimentos. Se organiza em plenárias nacionais e a partir dos Encontros Nacionais de Mulheres – que são autoconvocados e desde 1986 reúnem anualmente milhares de mulheres. Os grupos da Campanha desenvolvem ações distribuídas, autônomas, mas também coordenadas, com o lema “Educação sexual

para decidir, anticoncepcionais para não abortar e aborto legal para não morrer”. Suas ações não se focam apenas no legislativo, apesar de que o projeto pela legalização do aborto foi amplamente discutido e já foi apresentado 7 vezes. Esse ano, quando o Congresso acatou a proposta de debatê-lo, as mulheres participaram intensamente das discussões que aconteceram todas as terças-feiras na Casa, apresentando o resultado de anos de organização, dados, informações, formulações políticas.

A massificação da luta pelo direito ao aborto se soma com o processo do *Ni una menos*, convocado desde 2015 para denunciar os feminicídios e as violências machistas. Se uma das características desses dois processos é que extrapolaram a convocação, indo muito além dos grupos e pessoas envolvidas inicialmente, isso acontece sem negar o impulso: ao contrário, fortalece os posicionamentos políticos bem definidos. Particularmente, destaca-se a grande mobilização de jovens secundaristas que se envolveram ativamente na luta pela legalização do aborto, pautando o debate nas escolas, construindo espaços com militantes feministas de outras gerações. Os registros em imagens mostram ações e sentidos comuns, em uma composição diversa e intergeracional, com presença alta de mulheres trabalhadoras, precarizadas, das periferias, de coletivos LGBT e, o que é muito importante, mobilizadas em todo o país, não apenas na capital.

ENTREATOS: EDUCAÇÃO POPULAR E METODOLOGIAS FEMINISTAS

Nesses tempos acelerados de abundância de imagens e vídeos, quando milhares tomam as ruas, muitos se perguntam qual é a receita, qual é a melhor peça de comunicação. O fetiche pelo “novo” ajuda muito pouco a dar consistência e consequência política necessárias para as lutas por transformação, como é a luta feminista pelo direito ao aborto.

A experiência das argentinas nos diz que, com organização e mobilização popular, fica muito mais difícil ignorar o que exigimos. Escutamos das companheiras sobre o trabalho permanente de educação popular, e a construção que foram tecendo com outras lutas da esquerda. A relação tecida entre a luta pela memória e pelo fim da impunidade, particularmente com as *madres de la Plaza de Mayo*, é exemplar de um acúmulo permanente de convergências e sínteses. Demonstra que uma luta que se mobiliza em torno da “maternidade” é mais do que compatível com a defesa da legalização do aborto, porque têm em comum a defesa intransigente de justiça.

A educação popular é uma estratégia fundamental para a massificação das lutas, e é uma experiência compartilhada dos povos em luta na América Latina. Colocar o debate em todos os cantos em que estamos mobilizadas e inseridas, com oficinas, debates, aulas públicas, teatro, comunicação contrahegemônica, tudo isso se somou no processo de construção da força e massificação da luta pela legalização do aborto na Argentina.

As metodologias feministas de educação popular partem das experiências das mulheres¹. E ao falar das nossas experiências, dos nossos corpos e das nossas histórias, a violência, os conflitos, a gravidez indesejada e o aborto, a maternidade e a sexualidade, o trabalho doméstico, o cuidado, nossa autonomia, desejos e contradições aparecem entrelaçados, porque é assim que se dão na vida das mulheres. Tirar essas experiências do silêncio é politizar, e como há décadas o feminismo tem ensinado, o pessoal é político. A auto-organização das mulheres é uma estratégia fundamental para avançar, por permitir espaços em que as mulheres se sintam seguras e confortáveis para se expressar, sobre temas que não são considerados relevantes em outros espaços da militância, mas também por organizar politicamente a atuação coletiva das mulheres.

1. Para um debate sobre metodologia feminista de formação, ver «La formación feminista como instrumento para a construcción de un abordaje antipatriarcal» de Nalu Faria, publicado pela SOF em 2013

As mulheres argentinas realizaram uma massiva mobilização nas ruas e nos espaços públicos para dialogar com a população do país sobre o aborto e a exigência da legalização. Tomaram a palavra sobre uma questão que é parte de suas vidas, mas que nas comunidades e em muitos espaços da política, não é verbalizado, ou quando é, se verbaliza por discursos anti-direitos das mulheres.

Mas é verdade também que a popularização do debate sobre o aborto explicita as contradições e esbarra no machismo e em visões contrárias a esse direito no seio das organizações populares e da esquerda em geral. Recuperamos aqui um exemplo. Padres militantes das causas populares atuaram publicamente contra a legalização do aborto, e as educadoras populares do mesmo campo político deram a resposta:

Escribimos a compañeros de muchas luchas, a quienes respetamos por su entrega en diferentes causas, y a quienes exigimos que cuando se trata de derechos de las mujeres, no hablen en nuestro nombre. Les exigimos, compañeros, porque ustedes, que han hecho la opción por “los” pobres, no se deciden sin embargo a realizar la opción por “las” pobres, y lo que es más grave, toman nuestra palabra para negar nuestros derechos.

(...) A quienes como curas, pastores, o como delegados papales en los movimientos sociales insisten en descalificar nuestras exigencias, les decimos que la revolución feminista, popular, crece desde abajo, desde las comunidades en las que nos cruzamos todos los días. Esperamos que nos escuchen. Son mujeres las muertas en abortos clandestinos. Si insisten en no escuchar este modo de gritar ni una menos, terminarán perdiendo fuerza sus oraciones y la fe de las mujeres en ellas.

Queremos caminar a la par. No iremos atrás, ni al costado, ni con la cabeza agachada, a luchar por nuestros derechos y nuestros deseos. (Carta das Educadoras Populares)

No Brasil, a ofensiva conservadora tem uma estratégia nacional, com um trabalho de base por meio de igrejas, espalhadas em todos os cantos do país. Tal estratégia se desdobra, ainda, em encontros estaduais desses setores, frentes organizadas nas diferentes esferas do poder legislativo, nas quais apresentam projetos de leis com os mesmos conteúdos e sentidos de restrição do direito ao aborto. Essa estratégia avança sobre parlamentares dos diferentes espectros políticos, inclusive da esquerda, e se utiliza de chantagens nos períodos eleitorais². Fato é que por medo ou convicção, a defesa do direito ao aborto figura cada vez menos nas falas públicas de parlamentares, e é verbalizada por pouquíssimas lideranças dos movimentos sociais.

Tendo o poder legislativo e as igrejas como centros difusores dessa estratégia nacional contra os direitos das mulheres, a fala pública sobre o aborto no Brasil é cada vez mais representada por homens brancos, em geral deputados evangélicos e católicos, padres e pastores. Cada vez menos as mulheres são ouvidas, e as poucas que se expõem são cada vez mais constrangidas, inclusive com ameaças.

A reação patriarcal e o conservadorismo, no tema do aborto, tem significado um aumento da criminalização das mulheres no Brasil: se antes o aborto era crime mas os processos contra as mulheres não iam para a frente, hoje as mulheres estão sendo efetivamente condenadas³. E, ainda, não se pode desprezar as ameaças e agressividade dos conservadores anti-direitos contra as mulheres que lutam pelo direito ao aborto, que cresce junto com a violência contra a militância de esquerda em geral.

ROMPER O SILÊNCIO COM AS VOZES, OS SÍMBOLOS E AS PRÁTICAS

O silêncio imposto ao aborto – como prática e como direito reivindicado - é um dos mecanismos de manutenção

2. BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani; MIGUEL, Luis Felipe. "O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados, de 1990 a 2014". In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs) Aborto e democracia. São Paulo: Alameda, 2016.3. Levantamento realizado pela SOF Sempreviva Organização Feminista com base na Lei de Acesso a Informação, disponível em www.sof.org.br

e reforço da proibição social e legal do aborto. Falar sobre o aborto pública e politicamente é uma estratégia para enfrentar a discriminação e a criminalização.

Na Argentina, enquanto o projeto era discutido no Congresso, as mulheres organizaram manifestações que ficaram conhecidas como *pañuelazos*: o ato de erguer seus lenços verdes, símbolo da campanha pela legalização do aborto, para reafirmar esta luta, tão antiga quanto urgente para as mulheres em todos os países onde esse direito ainda não foi reconhecido legalmente.

Mulheres de todas as idades, muitas jovens principalmente, andam com seus lenços verdes pendurados no pescoço, nas mochilas, nas bolsas. Um ato individual que representa uma posição política coletiva: estar “identificadas” para defender a autonomia dos seus próprios corpos, para defender a vida e a saúde das mulheres. Uma forma de expressar a defesa de um direito negado, no sentido contrário à forma como o aborto é tratado - entre muitos cochichos, em voz baixa, clandestinamente.

O que expressam nas ruas é: as mulheres abortam (eu aborto, tu abortas, somos todas clandestinas), todos os dias, com comprimidos ou em clínicas e queremos que o Estado reconheça o aborto como um direito, que o Estado assegure não só que as mulheres não sejam criminalizadas, mas que garanta que possam fazer abortos nos hospitais públicos, com acompanhamento médico, que as mulheres tenham acesso à informação e medicamentos seguros.

A defesa da legalização do aborto está totalmente entrelaçada à defesa da saúde pública como direito. Uma estratégia na Argentina, nesse sentido, é a conformação de uma rede de profissionais de saúde comprometidos com o direito ao aborto. Realizam o aborto em serviços públicos de saúde, respaldadas por uma interpretação jurídica do direito ao aborto em caso de risco para a saúde da mulheres. É uma prática corajosa, que além de garantir concretamente os direitos de mulhe-

res que chegam ao serviço, contribui para mudar a perspectiva de onde se fala sobre o aborto. Contribui, portanto, para o que tem se chamado de “descriminalização social do aborto”. O acesso à informação e o acompanhamento das mulheres que abortam também é uma estratégia que contribui para isso. As *Socorristas en Red*, por exemplo, já acompanharam mais de 12 mil mulheres, e falam abertamente sobre como o aborto acontece, apoiam mulheres que abortam e constroem em cada município relações com profissionais de saúde do serviço público para que atendam as mulheres com respeito e dignidade.

Descriminalizar, sem garantir o direito integrado à política pública de saúde, mantém restrito o acesso, libera e organiza um mercado significativo para as empresas farmacêuticas transnacionais que produzem o medicamento. Na Argentina, está colocado o debate sobre a produção do misoprostol por um laboratório público, na província de Santa Fé.

Por isso a descriminalização não basta, a luta é para legalizar o aborto. Apenas descriminalizar, sem legalizar, mantém a estrutura – no Brasil e na Argentina - de acesso desigual ao exercício desse direito, ao qual as que têm dinheiro, informações e recursos de forma geral, têm mais facilidade. Já os riscos são distribuídos desigualmente conforme a raça, a classe, e marcadamente no Brasil, pela região.

ARTICULAR AS LUTAS, CONSTRUIR ALIANÇAS

No dia 11 de junho, na manifestação do *Ni una menos*, na Argentina, a palavra de ordem exigia: “Vivas, livres e desindividuas nos queremos”. Uma palavra de ordem que conecta as pautas históricas das mulheres na América Latina, o aborto e o fim do feminicídio, com a atual conjuntura do país, com o avanço do projeto neoliberal, o retorno do FMI, dizendo não à política econômica do presidente Macri.

A mobilização das argentinas nos ensina que não há conjuntura “adequada” para defender a legalização do aborto, como ouvimos sempre dos companheiros homens (e de algumas mulheres), para quem há sempre outra luta mais importante para acontecer. Ao contrário do que muitos afirmam, na Argentina, a votação na câmara favorável ao projeto não representou uma “cortina de fumaça” para as outras tantas aprovações que prejudicam a vida das mulheres e de toda a população. No Brasil, assim como na Argentina, no período dos governos de esquerda a agenda do direito ao aborto não avançou e por vezes foi interdita.

Mesmo que a votação do senado argentino tenha barrado o projeto de legalização do aborto, a mobilização massiva, forte e intensa de milhares de mulheres colocou essa luta em outro patamar. Está mais do que explícito que o aborto é uma prática envolta em hipocrisia, injustiça e desigualdade; que sua proibição mobiliza discursos e práticas misóginas de controle do corpo, da sexualidade e da vida das mulheres. É evidente nos discursos conservadores contra o aborto, o reforço de um ideal de família heteronormativo baseado na divisão sexual do trabalho, do julgamento moral sobre a sexualidade das mulheres e, enfim, da negação da autonomia das mulheres. Mas essa visão também está muito enraizada na sociedade brasileira como um todo.

A experiência das argentinas, olhada em seu conjunto, nos permite fazer um balanço crítico sobre as estratégias de luta pelo aborto no Brasil. Esse balanço implica questionar visões de que é possível aprovar o direito ao aborto sem discutir muito, com estratégias que prescindem da força das mulheres trabalhadoras e dos setores populares.

No campo do feminismo que construímos, o desafio é a articulação permanente da centralidade da defesa da autonomia das mulheres com uma estratégia que se guie pela ampla mobilização. A busca por ampliar o direito ao aborto – e alcançar sua legalização – por meios legislativos e jurídi-

cos sem uma massificação da discussão desde as mulheres dos movimentos populares, é limitada não apenas para garantir a correlação de forças necessária para a legalização, como também para garantir que o direito ao aborto – uma vez legalizado – seja de fato implementado no serviço público de saúde e que se alterem as representações sociais misóginas sobre ele.

A questão do aborto precisa ser mais politizada, e não pode ser reduzida a uma experiência individual como se fosse desvinculada de processos coletivos e sociais. Mais do que a afirmação de discursos feministas *“meu corpo, eu que decido”*, compreendemos a necessidade de se reforçar processos amplos de formação e educação popular que pautem essas questões a partir do feminismo, da afirmação da justiça e da autonomia das mulheres, que reconheça as relações de poder e enfrente as contradições vivenciadas pelas mulheres no cotidiano das batalhas para que o corpo/vida sejam de fato seus.

A luta pelo direito ao aborto, em tempos de golpe, mais uma vez coloca o desafio de articular essa reivindicação com a disputa mais geral em curso na sociedade, sobretudo para recuperar a democracia. Em alguma medida, as conexões entre a agenda feminista e o conjunto da luta social são mais evidentes hoje, já que o acirramento dos discursos e práticas reacionárias têm bases explicitamente racistas e patriarcais. A solidariedade dos movimentos sociais e organizações de esquerda com as lutas feministas e anti-racistas precisa se traduzir em compromisso e ações concretas.

Especialmente por ser um momento de intenso debate sobre os rumos da esquerda, afirmamos que o feminismo, a autonomia e a liberdade precisam ser para todas as mulheres. Esse pressuposto é central para as alianças pela legalização do aborto, mas também para qualquer projeto que afirme um horizonte de justiça e igualdade, democrático e socialista, e para quem luta por ele.